

Chegou a hora do Pacto Nacional

economia - Brasil
GILBERTO DUPAS*

A concomitância das eleições com a crise internacional provocou uma situação inesperada que pode ser muito útil ao país. Basta que o diagnóstico dos nossos impasses seja bem compreendido e que se utilize o sentido de urgência por ela provocado para corrigir algumas rotas e caminhar na direção correta, com os aliados certos. E o segundo mandato de Fernando Henrique é uma rara oportunidade para isso.

A aposta inicial que alicerçou o real era clara. A abertura econômica e o câmbio favorável alimentariam a competição e forçariam a queda dos preços. O inevitável buraco causado pelas importações na balança comercial seria temporário, logo compensado pelo aumento geral da produtividade nacional, permitindo maiores exportações. A atração de capitais internacionais de risco para estabelecer plantas no Brasil ou para participar da ampla privatização da infraestrutura, ao mesmo tempo que ajudariam a compensar o déficit externo, provocariam a elevação da competitividade nacional e das próprias exportações. O restante do déficit seria suportado por empréstimos. E os juros internos relativamente elevados, assim mantidos inicialmente para atraí-los, logo seriam reduzidos a níveis próximos dos internacionais. Eliminado o desequilíbrio nas contas do governo por reformas que cortassem despesas e pessoal excedente, redimensionassem a carga tributária e desmontassem a bomba da Previdência, estaria completado o processo de estabilização e criadas condições para um longo período de crescimento auto-sustentado com estabilidade de preços.

Sem dúvida, era uma aposta sedutora.

Mas, como tudo na vida, a realidade mostrou-se bem mais complicada. Enquanto as importações tornaram-se essenciais ao controle de preços e cresceram 86% desde 1994, as exportações avançaram apenas 22%. E as remessas de lucros e dividendos passaram a acrescentar cerca de 6 bilhões de dólares ao serviço da dívida externa, sem que o resultado exportador do investimento direto das transnacionais tivesse significância – já que elas vieram basicamente para atender o mercado interno. O passivo externo líquido do país manteve-se em níveis razoáveis, em torno de 32% do PIB (inferior aos 36% de 1992). Mas a sua relação com as exportações tem piorado sistematicamente – de 3,4 vezes para 4,7 vezes de 94 a 97 – o que não é bom. A crise internacional iniciada em outubro de 97 tornou essa situação mais dramática, com a evasão de recursos de curto prazo e o aumento das taxas de juro que realimentou o passivo total, fazendo baixar as reservas ao nível crítico de pouco mais de US\$ 40 bilhões.

No caso da dívida interna líquida do setor público, mais uma vez o problema central não está no seu valor absoluto atual, embora tenha subido de 29% para 36% do PIB de dezembro de 96 a junho de 98 (já deduzidas as receitas de privatização). A questão está em seu contínuo crescimento em função do déficit orçamentário do governo federal, cuja dívida interna líquida passou de 14% para 22% do PIB no mesmo período. Seu déficit primário mantém-se sob controle razoável, mas o pagamento dos juros foi 70% maior no primeiro semestre de 98 que no mesmo período de 97.

Assim, será impossível planejar 99 sem considerar três eventos simultâneos. O primeiro é um pacote externo de ajuda inter-

nacional de cerca de US\$ 30 bilhões, concomitante com duros cortes de despesa e aumento de arrecadação que zerem o déficit operacional – quer dizer, cerca de 4% do PIB. O segundo é a recuperação da capacidade exportadora – ao lado de restrições pesadas mas inteligentes às importações de supérfluos – de modo a liquidar o atual desequilíbrio comercial. E o terceiro é baixar o mais rápido possível as taxas de juros para um nível inferior a 20%, de modo a evitar a quebra simultânea dos setores público e privado. Esses eventos são essenciais para garantir a estabilidade e permitir a saída da crise no ano seguinte.

As consequências já estão claras: recessão em 99, com o PIB caindo uns 2,0% e a pressão social crescendo. Ela será a terceira destes 20 anos, já que as outras aconteceram em 83 e 90. O que faz parecer fundamental ao presidente vitorioso lançar vigorosa e generosa ponte à oposição responsável de Lula, Suplicy e Genoíno – para citar apenas alguns – que também saiu legitimada nestas eleições. E tentar levar a sério líderes como Cristovam Buarque, que fala em “pacto nacional após as eleições” e lembra que “a luta pela estabilidade é um anseio nacional que força a esquerda a abandonar o discurso corporativista para elaborar pautas para toda a população”. Esse é o caminho que pode garantir uma saída cujo custo seja distribuído razoavelmente por toda a sociedade. E Fernando Henrique tem qualidades raras para essa empreitada.

*Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da FDC no Insead (França).